

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

Relatório e Contas
31 de Dezembro de 2010

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

PASSEIO ALEGRE, 624 • 4169-002 PORTO • PORTUGAL • TEL. +351 226 190 500 • FAX +351 226 190 529 • info@rar.com • www.rar.com
SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS • CAPITAL SOCIAL EUR 37 500 000 • MATRIC. 2ª C.R.C. PORTO/N.I.P.C. 501 256 083

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	37
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	40

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2010

Dando cumprimento ao disposto na Lei e nos Estatutos, vem o Conselho de Administração, submeter à apreciação do Accionista o Relatório de Gestão e a Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010.

As participações Financeiras em Empresas do Grupo estão registadas pelo valor de aquisição sendo efectuada uma avaliação destes investimentos quando houver indícios de que o activo possa estar em imparidade.

O Activo Total atingiu, aproximadamente, 350 milhões de euros, sendo que os investimentos financeiros representam cerca de 33%.

O Capital Próprio atingiu 165 milhões de euros, tendo-se registado um Resultado Líquido do Exercício positivo de 5 milhões de euros.

Os comentários relativos à actividade das empresas controladas directa e indirectamente pela RAR – Sociedade de Controlo (Holding), S.A., foram incluídos no relatório de gestão que acompanha as contas consolidadas.

De acordo com o artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que a empresa tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social.

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no valor de 4.790.699 euros, seja integralmente transferido para Resultados Transitados.

Porto, 31 de Março de 2011

O Conselho de Administração:

João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva

João Alberto de Lima Martins Pereira

José Henrique Pinto dos Santos

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS POSIÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2010	2009
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	5	883.039	833.940
Activos intangíveis	6	548	1.127
Investimentos em empresas do grupo e associadas	7	113.447.130	113.626.696
Investimentos em empresas participadas	8	1.674.089	1.660.148
Activos por impostos diferidos	9	277	277
Outros activos não correntes	10	194.506.192	183.186.674
Total de activos não correntes		310.511.275	299.308.862
ACTIVOS CORRENTES:			
Clientes	11	1.210	1.443
Estado e outros entes públicos	12	36.761	24.788
Outras dívidas de terceiros	13	39.300.051	42.598.305
Outros activos correntes	14	25.407	36.903
Caixa e equivalentes de caixa	15	27.024	2.978
Total de activos correntes		39.390.453	42.664.417
Total do activo		349.901.728	341.973.279
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	16	37.500.000	37.500.000
Reservas legais	16	7.500.000	7.500.000
Reservas de reavaliação	16	57.829	57.829
Outras reservas		68.179.280	68.179.280
Resultados transitados		47.420.308	49.867.740
Resultado líquido do exercício		4.790.699	(2.447.432)
Total do capital próprio		165.448.116	160.657.417
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	18	29.000.000	29.000.000
Credores por locações financeiras	19	66.553	133.649
Outros empréstimos	20	121.050.623	121.824.088
Passivos por impostos diferidos	9	20.626	30.025
Total de passivos não correntes		150.137.802	150.987.762
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	187	13.001.356	18.255.525
Credores por locações financeiras	19	111.517	137.849
Fornecedores	21	606.978	116.776
Estado e outros entes públicos	22	361.995	166.590
Outras dívidas a terceiros	23	19.026.879	10.565.564
Outros passivos correntes	24	1.207.085	1.085.796
Total de passivos correntes		34.315.810	30.328.100
Total do capital próprio e passivo		349.901.728	341.973.279

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2010	2009
Rendimentos operacionais:			
Prestações de serviços	28	4.478.956	4.692.232
Outros rendimentos operacionais	29	3.830	86
Total de rendimentos operacionais		4.482.786	4.692.318
Gastos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	30	2.028.871	1.964.605
Gastos com o pessoal	31	2.425.422	2.547.831
Amortizações e depreciações	5 e 6	250.596	197.732
Outros gastos operacionais	32	101.113	104.678
Total de gastos operacionais		4.806.002	4.814.846
Resultados operacionais		(323.216)	(122.528)
Rendimentos financeiros	33	17.133.398	24.221.863
Gastos e perdas financeiras	33	15.227.660	21.139.597
Resultados relativos a empresas associadas	34	3.621.850	1.645.890
Resultados relativos a investimentos	34	60.752	(6.109.500)
Resultado antes de impostos		5.265.124	(1.503.872)
Imposto sobre o rendimento	35	474.425	943.560
Resultado líquido do exercício		4.790.699	(2.447.432)
Resultados por acção:			
Básico	36	0,13	(0,06)
Diluído	36	0,13	(0,06)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euro)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado líquido do período	4.790.699	(2.447.432)
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros	-	-
Variação das reservas de reavaliação	-	-
Variação das diferenças de conversão cambial e outras	<u>-</u>	<u>-</u>
Rendimento reconhecido directamente no capital próprio	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no período	<u><u>4.790.699</u></u>	<u><u>(2.447.432)</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euro)

<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recebimentos de clientes		4.479.188	4.691.049
Pagamentos a fornecedores		1.538.669	1.348.509
Pagamentos ao Pessoal		2.424.690	2.573.778
Fluxos gerados pelas operações		(515.829)	768.762
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(802.239)	(394.310)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(945.307)	(527.323)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(1.231.717)</u>	<u>(152.871)</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		60.752	756.950
Activo fixos tangíveis		11.503	7
Empréstimos concedidos		151.797.523	53.959.565
Juros e ganhos similares		2.710.838	1.328.629
Dividendos		3.776.663	1.645.890
		<u>158.357.279</u>	<u>57.691.041</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		13.940	6.865.700
Activo fixos tangíveis		281.376	374.999
Empréstimos concedidos		157.218.882	83.740.952
		<u>157.514.198</u>	<u>90.981.651</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>843.081</u>	<u>(33.290.610)</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		183.358.940	171.301.163
Aumento de capital		-	-
		<u>183.358.940</u>	<u>171.301.163</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		175.213.874	145.344.948
Amortizações de contratos de locação financeira		146.528	144.997
Juros e gastos similares		2.831.687	3.296.267
		<u>178.192.089</u>	<u>148.786.212</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>5.166.851</u>	<u>22.514.951</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>4.778.215</u>	<u>(10.928.530)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	<u>(17.752.547)</u>	<u>(6.824.017)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	<u>(12.974.332)</u>	<u>(17.752.547)</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euro)

	Capital Social	Reservas			Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
		Legais	Reavaliação	Outras			
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	37.500.000	7.500.000	57.829	68.179.280	30.450.844	19.416.896	143.687.953
Aplicação do resultado líquido de 2008:							
Transf. para resultados transitados	-	-	-	-	19.416.896	(19.416.896)	-
Resultado líquido do exercício de 2009	-	-	-	-	-	(2.447.432)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	37.500.000	7.500.000	57.829	68.179.280	49.867.740	(2.447.432)	160.657.417
Aplicação do resultado líquido de 2009:							
Transf. para resultados transitados	-	-	-	-	(2.447.432)	2.447.432	-
Resultado líquido do exercício de 2010	-	-	-	-	-	4.790.699	4.790.699
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	37.500.000	7.500.000	57.829	68.179.280	47.420.308	4.790.699	165.448.116

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. ("Empresa" ou "RAR Holding") é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 3 de Dezembro de 1981 e que tem como actividade principal a gestão de participações noutras sociedades.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* ("SIC") em vigor em 1 de Janeiro de 2010 tal como adoptadas pela União Europeia.

Neste exercício tornaram-se obrigatórias as seguintes normas:

- IAS 27 (revista)
- IFRIC 17
- IFRS 3 (revista)

A adopção destas normas não produziu impacto relevante nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

2.2. Investimentos em empresas do grupo e associadas

As partes de capital em empresas do grupo e associadas são registadas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas de imparidade que se demonstrarem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Activo fixo tangível

O activo fixo tangível encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil média estimada:

Obras em edifícios	10
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos tangíveis incorridas pela Empresa são adicionadas aos respectivos activos tangíveis, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um gasto na rubrica de "Outros gastos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (líquido de despesas associadas à venda) e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros ganhos operacionais" ou "Outros gastos operacionais". As perdas resultantes do abate do activo fixo tangível são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros gastos operacionais".

2.4. Activo intangível

O activo intangível encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O activo intangível só é reconhecido se for provável que dele advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa o puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

2.5. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa após dedução dos passivos.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "gasto amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efectiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos Bancários, na demonstração da posição financeira.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no activo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

2.8. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Outros gastos operacionais".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos gastos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros ganhos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.10. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda e mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos com a venda.

Os activos não correntes (e conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se o seu valor contabilístico for recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Adicionalmente, os activos não correntes detidos para venda deixam de ser amortizados a partir da data em que são classificados como tal.

2.11. Rédito e especialização de exercícios

Os ganhos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da demonstração da posição financeira.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os gastos e ganhos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e ganhos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os ganhos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2007 a 2010 poderá ainda a vir a ser sujeita a revisão e eventuais correcções. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e para-fiscal da Empresa, em relação ao exercício em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem

preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou ganho do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.13. Classificação da demonstração da posição financeira

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos activos e as provisões para riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes.

2.14. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data da demonstração da posição financeira, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados consolidados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

2.15. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (*adjusting events*) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A actividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa procura minimizar

eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros recorrendo, em determinadas situações, a instrumentos derivados de cobertura.

3.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da Empresa não é significativo em virtude da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*).

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa apresenta um financiamento líquido de aproximadamente 9,8 milhões de Euros e 15,7 milhões de Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Notas 17, 18, 19, 20 e 27) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 15) contratados junto de diversas instituições.

Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2010. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afectam o ganho ou gasto financeiro dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis.

Se a Euribor tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 viria aumentado em cerca de 83 milhares de Euros.

b) Risco de taxa de câmbio

Na sua actividade operacional, a Empresa realiza algumas transacções expressas em outras moedas que não Euro. Este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional da Empresa.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transacção da Empresa procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da mesma a flutuações cambiais. Sempre que possível, a Empresa procura realizar coberturas naturais dessas exposições cambiais, compensando os créditos concedidos e os créditos recebidos expressos na mesma divisa. Quando tal não é possível, recorre-se a outros instrumentos derivados de cobertura, fundamentalmente *forwards* de taxas de câmbio.

3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

A Empresa não apresenta um risco de crédito significativo na medida em que os seus clientes são, essencialmente, empresas do Grupo.

3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correctos nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a Empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos (*worst case scenario*), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem correcções de erros fundamentais.

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2010				
	Edifícios e outras construções	Equip. de transporte	Equipamento administrativo	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	340.450	685.311	1.203.415	1.081	2.230.257
Adições	135.346	53.101	108.791	2.487	299.726
Alienações	-	(49.500)	(8.525)	-	-
Transferências	1.082	-	-	(1.082)	-
Saldo final	476.878	688.912	1.303.681	2.486	2.471.958
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	16.594	425.798	953.925	-	1.396.317
Depreciação do exercício	37.415	156.062	56.541	-	250.018
Alienações	-	(49.499)	(7.918)	-	(57.417)
Saldo final	54.009	532.361	1.002.548	-	1.588.918
Valor líquido	422.869	156.551	301.133	2.486	883.039

	2009				
	Edifícios e outras construções	Equip. de transporte	Equipamento administrativo	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial	137.576	685.311	1.032.521	-	1.855.408
Adições	-	-	10.773	380.708	391.481
Alienações	-	-	(150)	-	(150)
Transferências	202.874	-	160.271	(379.627)	(16.482)
Saldo final	340.450	685.311	1.203.415	1.081	2.230.257
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas:					
Saldo inicial	1.146	268.272	929.897	-	1.119.315
Depreciação do exercício	15.448	157.526	24.178	-	197.152
Alienações	-	-	(150)	-	(150)
Saldo final	16.594	425.798	953.925	-	1.396.317
Valor líquido	323.856	259.513	249.490	1.081	833.940

O saldo de "Edifícios e outras construções" corresponde a despesas com obras nas instalações utilizadas pela Empresa e arrendadas a empresa do Grupo onde se insere.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	31.12.10	31.12.09
Equipamento de transporte	156.551	259.513
	<u>156.551</u>	<u>259.513</u>

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2010	
	Software	Total
Activo Bruto:		
Saldo inicial	380.053	380.053
Adições	-	-
Saldo final	380.053	380.053
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	378.926	378.926
Amortização do exercício	579	579
Saldo final	379.505	379.505
Valor líquido	548	548

	2009	
	Software	Total
Activo Bruto:		
Saldo inicial	379.454	379.454
Adições	599	599
Saldo final	380.053	380.053
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	378.346	378.346
Amortização do exercício	580	580
Saldo final	378.926	378.926
Valor líquido	1.127	1.127

7. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Os investimentos em empresas do grupo e associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são os seguintes:

Empresas	Sede	2010		2009	
		% Capital detido	Valor de aquisição	% Capital detido	Valor de aquisição
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	Porto	95,00	769.264	95,00	769.264
Brevet – Promoção de Marcas, S.A.	Funchal	100,00	-	100,00	179.566
Centrar – Centro de Serv. de Gestão, S.A.	Porto	100,00	250.000	100,00	250.000
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	V. Cambra	60,00	52.742.294	60,00	52.742.294
COMP-RAR – Central de Compras, S. A.	Porto	100,00	50.000	100,00	50.000
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	Porto	100,00	50.000	100,00	50.000
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	Porto	100,00	50.000	100,00	50.000
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	V. Conde	100,00	5.607.698	100,00	5.607.698
RAR, S.A. (Suíça)	Genéve	44,95	235.711	44,95	235.711
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	Porto	100,00	8.358.116	100,00	8.358.116
RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.	Porto	95,00	4.750	95,00	4.750
RAR Imobiliária, S.A.	Porto	59,91	32.781.971	59,91	32.781.971
S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, S.A.	Monção	57,33	47.326	57,33	47.326
RASO, SGPS, S.A.	Lisboa	50,00	12.500.000	50,00	12.500.000
			113.447.130		113.626.696

8. OUTROS INVESTIMENTOS

A rubrica “Outros investimentos” é composta essencialmente pelas seguintes participações:

	31.12.10	31.12.09
AEGP – Assoc. Escola de Gestão do Porto	49.880	49.880
APOR, S.A.	25.912	11.971
Copam, S.A.	1.467.198	1.467.198
Futebol Clube do Porto – Futebol, SAD	123.618	123.618
SPIDOURO, S.A.	7.482	7.482
Outros	232.039	232.039
	1.906.129	1.892.188
Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos (Nota 25)	(232.040)	(232.040)
	1.674.089	1.660.148

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Diferença na base tributável de imobilizado	277	277	20.626	30.025
	277	277	20.626	30.025

O movimento ocorrido por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2010	2009	2010	2009
Saldo inicial	277	277	30.025	20.776
Efeito em resultados (Nota 35):				
Diferença na base tributável de imobilizado	-	-	(9.399)	9.249
Sub-total	-	-	(9.399)	9.249
Saldo final	277	277	20.626	30.025

10. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.10	31.12.09
Empréstimos a empresas do Grupo e associadas:		
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.	800.000	800.000
ColepCCL Portugal – Embalagens e Enchimentos, S.A.	22.000.000	22.000.000
S.A.V. – Sociedade de Águas de Valadares, Lda.	237.285	227.285
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	85.402.000	82.806.000
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	69.750.707	65.657.646
RASO, SGPS, S.A.	12.000.000	12.038.543
SIEL, SGPS, S.A.	4.659.000	-
	194.848.992	183.529.474
Perdas de imparidade acumuladas em empréstimos (Nota 26)	(342.800)	(342.800)
	194.506.192	183.186.674

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante de 69.750.707 Euros é relativo a empréstimos no valor de 57.532.278 GBP (equivalentes a 66.839.708 Euros) e a empréstimos no valor de 206.000 Euros. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante de 65.657.646 Euros é relativo a empréstimos no valor de 58.127.607 GBP (equivalentes a 65.451.646 Euros) e a empréstimos no valor de 206.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Empréstimos a empresas do grupo e associadas” inclui as seguintes prestações suplementares:

	31.12.10	31.12.09
Centrar – Centro de Serv. de Gestão, S.A.	800.000	800.000
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	10.000.000	10.000.000
RASO, SGPS, S.A.	12.000.000	12.000.000
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	5.885.000	-
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	2.705.000	-
SAV – Soc. Águas de Valadares, Lda.	36.635	36.635
	<u>31.426.635</u>	<u>22.836.635</u>

11. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31.12.10	31.12.09
Clientes, conta corrente (Nota 27)	1.210	1.443
	<u>1.210</u>	<u>1.443</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a antiguidade das dívidas é como segue:

	31.12.10	31.12.09
Saldo não vencido	1.210	1.443
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	-	-
Entre 90 e 180 dias	-	-
Há mais de 180 dias	-	-
	<u>1.210</u>	<u>1.443</u>

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Estado e outros entes públicos” tinha a seguinte composição:

	31.12.10	31.12.09
Imposto sobre o valor acrescentado	36.761	24.788
	<u>36.761</u>	<u>24.788</u>

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outras dívidas de terceiros” tinha a seguinte composição:

	31.12.10	31.12.09
Outros devedores	16.489	8.173
Adiantamentos a fornecedores	84.377	421.694
Empresas do Grupo e associadas (Nota 27)	39.216.643	42.185.896
	39.317.509	42.615.763
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (Nota 25)	(17.458)	(17.458)
	<u>39.300.051</u>	<u>42.598.305</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a antiguidade das dívidas é como segue:

	31.12.10	31.12.09
Saldo não vencido	39.231.743	42.194.069
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	1.057	400
Entre 90 e 180 dias	1.517	-
Há mais de 180 dias	65.734	403.836
	<u>39.300.051</u>	<u>42.598.305</u>

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.10	31.12.09
Rendas a liquidar	24.916	25.716
Outros custos diferidos	491	11.187
	<u>25.407</u>	<u>36.903</u>

15. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	31.12.10	31.12.09
Numerário	493	493
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	26.531	2.485
Caixa e equivalentes de caixa	27.024	2.978
Descobertos bancários (Nota 17)	(13.001.356)	(17.755.525)
	<u>(12.974.332)</u>	<u>(17.752.547)</u>

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

16. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social está representado por 37.500.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 Euro cada uma.

A SIEL, SGPS, S.A. detém 100% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2010.

A rubrica "Reservas de reavaliação" resulta da reavaliação do activo fixo tangível efectuada nos termos da legislação aplicável.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

17. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

	31.12.10	31.12.09
Descobertos bancários (Nota 15)	13.001.356	17.755.525
Empréstimos bancários	-	500.000
	<u>13.001.356</u>	<u>18.255.525</u>

18. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os empréstimos obrigacionistas podem ser detalhados como segue:

Emissão obrigacionista	Valor nominal da emissão	Amortização	Valor no passivo		Vencimento	Taxa de juro	
			Corrente	Não corrente		2010	2009
	20.000.000	-	-	20.000.000	15.06.2015	2,003%	1,996%
	9.000.000	-	-	9.000.000	15.10.2019	3,953%	4,024%
				<u>29.000.000</u>			

Em Junho de 2005 foi emitido um empréstimo obrigacionista, subordinado, no montante global de 25.000.000 Euros e com vencimento em 15 de Junho de 2015. Os juros das obrigações vencem-se semestral e postecipadamente, com pagamento em 15 de Junho e 15 de Dezembro de cada ano. A taxa de juro das obrigações está indexada à Euribor 6M, e os juros são calculados tendo por base meses de 30 dias cada, num ano de 360 dias.

Em 2006 foi efectuado um reembolso parcial antecipado do empréstimo obrigacionista no montante de 5 milhões de Euros, possibilidade que estava prevista contratualmente.

Em Outubro de 2009 foi emitido um empréstimo obrigacionista no montante global de 9.000.000 Euros e com vencimento em 15 de Outubro de 2019. Os juros das obrigações vencem-se semestral e postecipadamente, com pagamento em 15 de Abril e 15 de Outubro de cada ano. A taxa de juro das obrigações está indexada à Euribor 6M, e os juros são calculados tendo por base meses de 30 dias cada, num ano de 360 dias.

19. CREDITORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2010	-	139.150	-	137.849
2011	113.653	99.108	111.518	98.822
2012	48.311	34.925	47.366	34.827
2013	13.126	-	12.777	-
2014	6.467	-	6.409	-
	<u>181.558</u>	<u>273.183</u>	<u>178.070</u>	<u>271.498</u>
Juros futuros	<u>(3.488)</u>	<u>(1.685)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>178.070</u>	<u>271.498</u>	<u>178.070</u>	<u>271.498</u>
Componente de curto prazo			<u>(111.517)</u>	<u>(137.849)</u>
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			<u>66.553</u>	<u>133.649</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

20. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os outros empréstimos obtidos tinham o seguinte detalhe:

Emissão	Valor nom. da emissão	31.12.10			Vencimento
		Corrente	Não corrente	Juros e comissões	
BPI (20M)					
68ª Emissão (*)	19.950.000	-	19.950.000	-	09.05.2011
Custos programa	-	-	-	(4.873)	
Ajuste cambial	-	-	349.980	-	-
Contrato Sindicato:					
Millennium BCP (30M)					
47ª Emissão	30.000.000	-	30.000.000	-	16.08.2011
Custos programa	-	-	-	(10.965)	
BPI (15M)					
38ª Emissão (*)	12.650.000	-	12.650.000	-	09.05.2011
Custos programa	-	-	-	(1.375)	
Ajuste cambial	-	-	221.917	-	-
Caixa BI (50M)					
23ª Emissão (*)	49.750.000	-	49.750.000	-	05.01.2011
Custos programa	-	-	-	(25.359)	
Ajuste cambial	-	-	(1.806.201)	-	-
Caixa Nova (10M)					
25ª Emissão	10.000.000	-	10.000.000	-	16.08.2011
Custos programa	-	-	-	(22.500)	
Valor nominal			121.115.696		
Juros e custos de emissão				(65.073)	
Valor contabilístico			121.050.623		

Emissão	Valor nom. da emissão	31.12.09			Vencimento
		Corrente	Não corrente	Juros e comissões	
BPI (20M)					
54ª Emissão (*)	18.068.345	-	17.650.000	-	07.01.2010
55ª Emissão	2.000.000	-	2.000.000	-	28.01.2010
Custos programa	-	-	-	(4.873)	
Ajuste cambial	-	-	349.980	-	-
Contrato Sindicato:					
Millennium BCP (30M)					
41ª Emissão	30.000.000	-	30.000.000	-	28.01.2010
Custos programa	-	-	-	(10.965)	
BPI (15M)					
19ª Emissão (*)	2.098.590	-	2.050.000	-	07.01.2010
20ª Emissão	5.000.000	-	5.000.000	-	29.01.2010
Custos programa	-	-	-	(1.375)	
Ajuste cambial	-	-	48.590	-	-
Caixa BI (50M)					
12ª Emissão (*)	50.708.411	-	49.800.000	-	07.01.2010
Custos programa	-	-	-	(25.359)	
Ajuste cambial	-	-	908.411	-	-
Caixa Nova (10M)					
14ª Emissão	10.000.000	-	10.000.000	-	18.01.2010
Custos programa	-	-	-	(7.917)	
Banco Santander Totta (4M)					
8ª Emissão	4.000.000	-	4.000.000	-	28.01.2010
Custos programa	-	-	-	(769)	
Valor nominal			121.875.346		
Juros e custos de emissão				(51.258)	
Valor contabilístico			121.824.088		

(*)Financiamento em GBP. No final do exercício é efectuada a conversão de acordo com a taxa de câmbio nessa data.

O valor nominal apresentado corresponde ao saldo em dívida. O valor contabilístico corresponde ao valor nominal da dívida deduzido dos gastos associados à estrutura de financiamento e dos juros.

Os saldos das emissões de papel comercial estão subjacentes aos seguintes contratos de programas de emissão de papel comercial:

Empresa	Montante total do programa	Validade
RAR Holding	30.000.000	Março de 2013
RAR Holding	20.000.000	Março de 2013
RAR Holding	50.000.000	Julho de 2013
RAR Holding	15.000.000	Agosto de 2013
RAR Holding	10.000.000	Outubro de 2013

De acordo com as condições dos contratos de programas, as emissões podem ser efectuadas até um ano, até ao limite do montante contratado, tendo as instituições financeiras assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efectuar no âmbito dos referidos contratos de programas.

É intenção do Conselho de Administração utilizar os programas acima referidos num período superior a doze meses.

Em 31 de Dezembro de 2010, os programas de papel comercial classificados como não correntes tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto:

31.12.2010	Taxa de juro efectiva média	2011	2012	2013	Total
Amortização		-	-	121.115.696	121.115.696
Juros	1,13%	1.369.360	1.369.360	571.352	3.310.071
		<u>1.369.360</u>	<u>1.369.360</u>	<u>121.687.047</u>	<u>124.425.767</u>

21. FORNECEDORES

	31.12.10	31.12.09
Fornecedores, conta corrente	606.978	116.776
	<u>606.978</u>	<u>116.776</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a antiguidade das dívidas vencidas é como segue:

	31.12.10	31.12.09
Até 3 meses	554.666	108.002
Entre 3 e 4 meses	29.690	7.934
Há mais de 4 meses	<u>22.622</u>	<u>840</u>
	<u>606.978</u>	<u>116.776</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa.

22. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.10	31.12.09
Imposto sobre o valor acrescentado	211.399	77.207
Contribuições para a segurança social	128.866	21.107
Retenções de imposto sobre o rendimento	<u>21.730</u>	<u>68.276</u>
	<u>361.995</u>	<u>166.590</u>

23. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" tinha a seguinte composição:

	31.12.10	31.12.09
Empresas do Grupo e associadas (Nota 27)	19.024.647	10.563.799
Outros credores	<u>2.232</u>	<u>1.765</u>
	<u>19.026.879</u>	<u>10.565.564</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a antiguidade das dívidas vencidas é como segue:

	31.12.10	31.12.09
Sem vencimento	19.024.660	10.563.829
Com vencimento:		
Entre 0 e 90 dias	2.219	492
Entre 90 e 180 dias	-	-
Há mais de 180 dias	<u>-</u>	<u>1.243</u>
	<u>19.026.879</u>	<u>10.565.564</u>

24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.10	31.12.09
Acréscimos de custos:		
Juros a liquidar	629.101	166.449
Remunerações a liquidar	202.690	201.959
Outros custos a pagar	375.294	717.388
	<u>1.207.085</u>	<u>1.085.796</u>

25. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.09	Reforço	Utilização	Saldo final 31.12.10
Perdas de imparidade acumuladas em empréstimos (Nota 10)	342.800	-	-	342.800
Perdas de imparidade acumuladas em outras dív. de terceiros (Nota 13)	17.458	-	-	17.458
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 8)	232.040	-	-	232.040
	<u>592.298</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>592.298</u>

Rubricas	Saldo inicial 31.12.08	Reforço	Utilização	Saldo final 31.12.09
Perdas de imparidade acumuladas em empréstimos (Nota 10)	342.800	-	-	342.800
Perdas de imparidade acumuladas em outras dív. de terceiros (Nota 13)	17.458	-	-	17.458
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Notas 7 e 8)	232.040	-	-	232.040
	<u>592.298</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>592.298</u>

As perdas de imparidade estão deduzidas ao valor do correspondente activo.

26. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	31.12.2010	31.12.2009
EDP	1.272	1.272
Repartição Finanças 6º Bairro	172.746	172.746
	<u>174.018</u>	<u>174.018</u>

27. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2010 e 2009 podem ser detalhados como segue:

Transacções:	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	274.164	335.476	-	-
Centrar – Centro de Serv. Gestão, S.A.	-	-	250.501	220.256
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	2.659.547	3.194.018	-	-
COMP-RAR – Central de Compras, S.A.	-	-	431	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	126.211	157.230	713	703
RAR Imobiliária, S.A.	84.918	137.205	303.686	345.892
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	653.855	868.303	-	-
RAR – Serv. Assistência Clínica, Lda.	-	-	18.136	11.012
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	-	-	510.302	655.616
Vitacress Salads, Ltd	680.261	-	-	-
	4.478.956	4.692.232	1.083.769	1.233.479

Transacções:	Juros debitados		Juros suportados	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	1.065	48.586	75.510	2.559
Acembex España, S.L.	-	-	53.627	51.306
Brevet – Promoção de Marcas, S.A.	-	-	95	316
Centrar – Centro de Serv. Gestão, S.A.	-	-	2.722	2.550
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	321.804	70.109	478.478	84.790
ColepCCL UK Limited	-	-	7.048	-
Colep Energia Unipessoal, Lda.	-	-	493	-
COMP-RAR – Central de Compras, S.A.	-	-	3.595	1.400
Creating Ideas – Estudos e Inovação, S.A.	2.290.435	2.883.049	-	-
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	1.868.139	2.432.214	-	-
Iberian Salads Agricultura, S.A.	20.457	-	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	28.967	31.754	-	-
Movimento Viagens – Tur. Unip. Lda.	-	-	321	64.473
RAR Cogeração, Unipessoal, Lda.	-	-	-	318
RAR Imobiliária, S.A.	132.114	30.549	-	-
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	289.262	417.392	-	-
RAR – Serv. Assistência Clínica, Lda.	-	-	5.885	5.352
RASO, SGPS, S.A.	151.980	139.959	-	-
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	2.906	70.480	33	9.078
SAV – Soc. Águas de Valadares, Lda.	7.676	9.495	-	-
SIEL, SGPS, S.A.	199.284	113.959	-	17.325
Socoleste – Soc. Promoção e Inv. Imob., S.A.	-	-	4.948	1.382
Vitacress-Comerc Prod Hortícolas, SA	4.499	-	-	-
Vitacress Ibéria, S.L.	-	47.487	-	216
Vitacress Limited	42.742	-	-	-
Vitacress Salads, Ltd	-	-	1.113	-
Wight Salads Group, Ltd.	155.461	503	-	-
	5.516.880	6.295.536	633.868	241.065

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Saldos:				
Centrar – Centro de Serv. Gestão, S.A.	500	-	30.999	-
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	-	-	313.180	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	-	-	692	655
RAR Imobiliária, S.A.	711	1.443	2.269	18.000
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	-	-	58	-
RAR – Serv. Assistência Clínica, Lda.	-	-	1.477	1.577
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	-	-	67.809	29.964
	1.211	1.443	416.484	50.196

	Empréstimos obtidos		Empréstimos concedidos	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Saldos:				
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	10.820.000	5.380.000	-	-
Acembex España, S.L.	6.235.000	2.520.000	-	-
Brevet – Promoção de Marcas, S.A.		6.528	-	-
Centrar – Centro de Serv. Gestão, S.A.	120.000	100.000	800.000	800.000
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.		-	22.000.000	22.000.000
ColepCCL UK Limited	813.244	-	-	-
COMP-RAR – Central de Compras, S.A.	156.000	93.000	-	-
Creating Ideas – Estudos e Inov., S.A.		-	85.413.000	85.407.000
Iberholding – Prestações de Serv., S.A.	-	-	70.727.777	67.609.003
Iberian Salads Agricultura, S.A.	-	-	2.335.000	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	-	-	735.000	800.000
RAR Imobiliária, S.A.	-	-	4.100.000	205.000
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.		-	3.600.000	15.800.000
RAR – Serv. Assistência Clínica, Lda.	224.000	175.000	-	-
RASO, SGPS, S.A.	-	-	18.100.000	17.359.543
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	-	38.000	-	-
SAV – Soc. Águas de Valadares, Lda.	-	-	244.285	244.285
SIEL, SGPS, S.A.	-	-	8.327.000	4.746.000
Socoleste – Soc. Prom. e Inv. Imob., S.A.	180.000	205.000	-	-
Vitacress Salads, Ltd.	-	1.126.000	-	-
Vitacress Limited	-	-	6.273.599	-
Vitacress-Comerc Prod Hortícolas, SA	-	-	482.000	-
Wight Salads Group, Ltd.	-	-	-	2.589.798
	18.548.244	9.643.528	223.137.660	217.560.629

Saldos:	Outras dívidas a receber		Outras dívidas a pagar	
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	943	38.704	45.496	1.965
Acembex Espanha, S.L.	-	-	-	40.791
Brevet – Promoção de Marcas, S.A.	-	-	-	108
Centrar – Centro de Serv. Gestão, S.A.	-	500	1.447	1.284
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	169.993	32.895	-	84.790
ColepCCL UK Limited	-	-	7.048	-
COMP-RAR – Central de Compras, S.A.	-	-	2.387	1.360
Creating Ideas – Estudos e Inov., S.A.	4.698.484	2.883.049	-	-
Iberholding – Prestações de Serv., S.A.	5.035.705	4.256.151	-	-
Iberian Salads Agricultura, S.A.	20.061	893	-	-
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	13.091	6.974	-	-
Marcas do Mundo - Tur. Unip. Lda.	633	633	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	78.683	19.622	-	-
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	135.042	309.715	-	-
RAR – Serv. Assistência Clínica, Lda.	-	-	3.285	2.158
RASO, SGPS, S.A.	66.553	113.648	-	-
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	4.279	420.471	-	-
SAV – Soc. Águas de Valadares, Lda.	8.392	4.397	-	-
SIEL, SGPS, S.A.	433.274	299.483	420.888	786.489
Socoleste – Soc. Prom. e Inv. Imob., S.A.	-	-	2.483	1.382
Vitacress Salads, Ltd.	55	22.175	1.113	216
Vitacress Limited	42.742	-	-	-
Vitacress-Comerc Prod Hortícolas, SA	4.499	-	-	-
Wight Salads Group, Ltd.	215.546	164.093	-	-
	10.927.975	8.573.403	484.147	920.543

Empréstimos concedidos:	Saldo 31.12.09	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.10	Taxa de juro média
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	-	6.115.000	(6.115.000)	-	-
Centrar – Centro de Serv. de Gestão, S.A.	800.000	-	-	800.000	-
Creating Ideas – Estudos e Inov., S.A.	85.407.000	2.607.000	(8.486.000)	79.528.000	2,692%
Creating Ideas – Estudos e Inov., S.A.	-	5.885.000	-	5.885.000	-
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	12.000.000	-	-	12.000.000	-
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	10.000.000	-	-	10.000.000	-
Iberholding – Prestações de Serv., S.A.	206.000	3.500	-	209.500	2,690%
Iberholding – Prestações de Serv., S.A.	-	2.705.000	-	2.705.000	-
Iberian Salads Agricultura, S.A.	-	3.535.000	(1.200.000)	2.335.000	2,795%
RAR Imobiliária, S.A.	205.000	20.771.000	(16.876.000)	4.100.000	2,720%
Imperial – Produtos Alimentares, S.A.	800.000	2.515.000	(2.580.000)	735.000	2,731%
RAR – Ref. de Açúcar Reunidas, S.A.	15.800.000	26.250.000	(38.450.000)	3.600.000	2,643%
RASO, SGPS, S.A.	12.000.000	-	-	12.000.000	-
RASO, SGPS, S.A.	5.359.543	9.550.000	(8.809.543)	6.100.000	3,792%
SAV – Soc. Águas de Valadares, Lda.	207.650	17.000	(17.000)	207.650	3,657%
SAV – Soc. Águas de Valadares, Lda.	36.635	-	-	36.635	-
SIEL, SGPS, S.A.	4.746.000	8.629.000	(5.048.000)	8.327.000	2,704%
Vitacress-Comerc Prod Hortícolas, SA	-	482.000	-	482.000	2,854%
Wight Salads Group, Ltd	2.589.798	-	(2.589.798)	-	-
	150.157.626	82.949.500	(84.056.341)	149.050.785	

Para além dos empréstimos acima mencionados, a empresa concedeu à Iberholding – Prestações de Serviços, S.A. empréstimos em Libras cujo detalhe é como segue:

	Saldo 31.12.09	Aumentos	Diminuições	Ajuste cambial	Saldo 31.12.10	Taxa de juro média
Iberholding – Prestações de Serviços, S.A.	67.403.003	2.926.326	(4.682.861)	2.166.810	67.813.277	0,268%
Vitacress Limited	-	10.960.781	(4.929.721)	242.539	6.273.599	2,777%
	<u>67.403.003</u>	<u>13.887.107</u>	<u>(9.612.582)</u>	<u>2.409.349</u>	<u>74.086.877</u>	

Empréstimos obtidos:	Saldo 31.12.09	Aumentos	Diminuições	Saldo 31.12.10	Taxa de juro média
Acembex – Comércio e Serviços, Lda.	5.380.000	83.855.000	(78.415.000)	10.820.000	2,720%
Acembex España, S.L.	2.520.000	3.715.000	-	6.235.000	2,664%
Brevet – Promoção de Marcas, S.A.	6.529	-	(6.529)	-	-
Centrar – Centro de Serv. Gestão, S.A.	100.000	360.000	(340.000)	120.000	2,700%
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	-	51.000.000	51.000.000	-	-
ColepCCL UK Limited	-	813.245	-	813.245	2,775%
COMP-RAR – Central de Compras, S.A.	93.000	219.000	(156.000)	156.000	2,759%
RAR – Serv. Assistência Clínica, Lda.	175.000	495.000	(446.000)	224.000	2,713%
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	38.000	-	(38.000)	-	-
Socoleste – Soc. Promoção e Inv. Imob., S.A.	205.000	201.000	(226.000)	180.000	2,837%
Vitacress Salads, Ltd.	1.126.000	-	(1.126.000)	-	-
	<u>9.643.529</u>	<u>62.243.244</u>	<u>(53.338.528)</u>	<u>18.548.245</u>	

A remuneração da Administração pode ser decomposta como segue:

	31.12.10	31.12.09
Remuneração fixa	1.055.112	811.703
Remuneração variável	291.100	690.000
	<u>1.346.212</u>	<u>1.501.703</u>

28. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços nos exercícios de 2010 e 2009 foram como segue:

	31.12.10	31.12.09
Mercado interno (Nota 27)	3.798.695	4.692.232
Mercado externo (Nota 27)	680.261	-
	<u>4.478.956</u>	<u>4.692.232</u>

29. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros rendimentos operacionais nos exercícios de 2010 e 2009 é a seguinte:

	31.12.10	31.12.09
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	3.120	7
Outros	710	79
	<u>3.830</u>	<u>86</u>

30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios de 2010 e 2009, pode ser detalhada como segue:

	31.12.10	31.12.09
Rendas e alugueres	304.696	310.062
Deslocações e estadas	695.115	706.995
Honorários	101.220	108.330
Publicidade e propaganda	32.008	93.188
Vigilância e segurança	67.225	66.663
Trabalhos especializados	654.059	482.418
Outros	174.548	196.949
	<u>2.028.871</u>	<u>1.964.605</u>

31. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios de 2010 e 2009 é a seguinte:

	31.12.10	31.12.09
Remunerações órgãos sociais	1.346.213	1.405.895
Remunerações do pessoal	689.626	694.630
Encargos sobre remunerações	205.113	222.809
Seguros	5.848	7.316
Encargos com saúde	33.796	22.661
Outros gastos com pessoal	144.826	194.520
	<u>2.425.422</u>	<u>2.547.831</u>

Durante os exercícios de 2010 e 2009 o número médio do pessoal foi de 25.

32. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros gastos operacionais" nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser detalhada como segue:

	31.12.10	31.12.09
Impostos	23.811	10.880
Quotizações	17.600	24.867
Donativos	58.995	67.470
Multas e penalidades	-	623
Perdas na alienação de activos fixos tangíveis	507	-
Outros	200	838
	<u>101.113</u>	<u>104.678</u>

33. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Custos e perdas:		
Juros suportados:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	997.470	893.399
Relativos a papel comercial	1.473.847	1.676.552
Relativos a empresas do Grupo	632.756	241.065
Relativos a contratos de locação financeira	2.946	10.585
	<u>3.107.019</u>	<u>2.821.601</u>
Diferenças de câmbio	11.708.460	17.925.951
Outros gastos e perdas financeiras	<u>412.181</u>	<u>392.045</u>
	15.227.660	21.139.597
Resultados financeiros	<u>1.905.738</u>	<u>3.082.266</u>
	<u>17.133.398</u>	<u>24.221.863</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos:		
Empresas do Grupo	5.515.767	6.295.536
Outros	9	816
Diferenças de câmbio	<u>11.617.622</u>	<u>17.925.511</u>
	<u>17.133.398</u>	<u>24.221.863</u>

Os valores relativos a diferenças de câmbio são devidos aos empréstimos concedidos e obtidos em moeda estrangeira (Notas 20 e 27).

34. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a empresas do Grupo e associadas têm a seguinte composição:

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Resultados relativos a emp. do Grupo e associadas:		
Dividendos	3.776.665	1.645.890
Outros	<u>(154.815)</u>	<u>-</u>
	<u>3.621.850</u>	<u>1.645.890</u>

Os resultados relativos a investimentos têm a seguinte composição:

	<u>31.12.10</u>	<u>31.12.09</u>
Resultados obtidos na alienação de investimentos:		
Geotur – Viagens e Turismo, S.A.	-	(6.865.700)
Ibersol	-	756.200
Outros resultados relativos a investimentos	<u>60.752</u>	<u>-</u>
	<u>60.752</u>	<u>(6.109.500)</u>

A perda registada em 2009 relativa à Geotur – Viagens e Turismo, S.A., refere-se a um acerto no valor de alienação da totalidade do Capital Social desta empresa à Raso, SGPS, S.A., que diminuí a mais-valia registada em 2008.

35. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhados como segue:

	31.12.10	31.12.09
Imposto corrente	483.824	934.311
Imposto diferido (Nota 9)	(9.399)	9.249
	<u>474.425</u>	<u>943.560</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	31.12.10	31.12.09
Resultado antes de impostos	5.265.124	(1.503.872)
Impacto em resultados da aplicação dos IFRS	-	(34.450)
Resultado base para cálculo de imposto	5.265.124	(1.538.322)
Réditos não tributáveis:		
Resultados no activo fixo tangível	(2.613)	(756.657)
Dividendos recebidos	(3.776.663)	(1.645.890)
Benefícios fiscais	(27.174)	(28.137)
	<u>(3.806.450)</u>	<u>(2.430.684)</u>
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais:		
Perdas não realizadas em imobilizado corpóreo		
Depreciações e amortizações não aceites como gastos	105.394	84.176
Donativos	1.250	4.400
Multas e coimas	-	622
Menos-valias contabilísticas	-	6.865.700
Mais-valias fiscais	1.301	7
Perdas em empresas do Grupo	154.815	-
Outros	29	1.001
	<u>262.789</u>	<u>6.955.906</u>
Resultado tributável	1.721.463	2.986.900
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis		-
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal		
Taxa reduzida		14%
Taxa normal	26.5%	26,5%
Imposto calculado	456.188	789.966
Tributação autónoma	11.887	11.845
(Insuficiência)/Excesso de estimativa para imposto	15.749	(132.500)
Impostos diferidos	(9.399)	9.249
Imposto sobre o rendimento	<u>474.425</u>	<u>943.560</u>

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em custos no exercício de 2010, o montante de 468.075 Euros, por contrapartida de conta a pagar à SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

36. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31.12.09</u>	<u>31.12.09</u>
Resultado:		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	<u>4.790.699</u>	<u>(2.447.432)</u>
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>4.790.699</u>	<u>(2.447.432)</u>
Número de acções:		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	<u>37.500.000</u>	<u>37.500.000</u>
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>37.500.000</u>	<u>37.500.000</u>

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2010 não ocorreram factos relevantes para apresentação.

38. DIVIDENDOS

Em 2010 não foram distribuídos dividendos, sendo que o total do resultado líquido exercício de 2009 foi integralmente transferido para resultados transitados, de acordo com o relatório de contas aprovado em 31 de Março de 2010.

Relativamente ao exercício de 2010, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício seja integralmente transferido para resultados transitados.

Porto, 31 de Março de 2011

O Conselho de Administração:

João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva

João Alberto de Lima Martins Pereira

José Henrique Pinto dos Santos

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

Rui Manuel da Costa Oliveira Macedo Silva

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da **RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 349.901.728 euros e um total de capital próprio de 165.448.116 euros, incluindo um resultado líquido de 4.790.699 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o rendimento integral, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no seu capital próprio no exercício, os fluxos de caixa e

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9 A Certificação Legal das Contas sobre as Demonstrações Financeiras da subsidiária RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. (“RAR Açúcar”), em 31 de Dezembro de 2010, inclui uma ênfase relativa a um contencioso pendente de resolução com o INGA (Conselho de Administração do Instituto Nacional de Garantia Agrícola), relativo à liquidação recebida pela RAR Açúcar em 1989 em que aquela instituição reclamou, aproximadamente, 7.722.000 Euros e a RAR Açúcar pagou, aproximadamente, 2.858.000 Euros e manteve como proveitos diferidos 1.313.017 Euros, a RAR Açúcar apresentou recurso hierárquico ao Ministro das Finanças e impugnação judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, invocando a prescrição daquela dívida ao INGA e, em consequência, a sua não exigibilidade à data actual, em conformidade com pareceres dos seus consultores legais. Por ser convicção do Conselho de Administração que, fruto do recurso e impugnação apresentados, o desfecho deste novo processo lhe será favorável, não foi constituída provisão para fazer face a um eventual desfecho desfavorável relativo a este assunto que, nesta data, é incerto.

6 de Maio de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

6 de Maio de 2011

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.